

SE ESSA RUA FOSSE MINHA Prática universitária para intervir na criação da cidade

*IF THIS STREET WAS MINE
University practice to intervene in the creation of the city*

*Marina Mecabô¹,
Ligia Maria Avila Chiarelli² e Pedro Gabriel Dos Santos Erler³*

Resumo

Essa escrita é parte do trabalho de uma urbanista curiosa pelos fenômenos educacionais, compõe a pesquisa: Se Essa Rua Fosse Minha - A criação de uma utopia urbana no entorno escolar a partir da percepção ambiental. Procura discutir o papel da extensão universitária na pesquisa acadêmica e para isso traz o relato de experiências extensionistas utilizadas como ferramenta para a pesquisa de Mestrado concluída em 2021. Procurando tensionar a interface escola-cidade, para refletir sobre a cultura de uso desse espaço urbano, olha para o entorno de duas escolas no centro de Pelotas/RS. Desde o início, o processo de pesquisa procurou formas de deslocar o pensamento da cabeça para pensar com o corpo todo. Esse desejo materializou-se em duas ações de intervenção urbana que são ferramenta e também resultado. A combinação entre a metodologia de pesquisa e a prática extensionista mostrou-se efetiva para expansão dos horizontes de pensamento.

Palavras-chave: entorno escolar, extensão universitária, pesquisa-ação, indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão.

Abstract

This writing is part of the weaving of the work of a curious urbanist about educational phenomena, composing the research: – If This Street Was Mine - The creation of an urban utopia in the school environment from the environmental perception. It seeks to discuss the role of university extension in academic research and for that it brings the report of extensionist experiences used as a tool for the Master's research completed in 2021. It aimed to intervene in the school-city interface to reflect on the culture of use and suggest ways to adapt the space to the needs of those who inhabit it. The place chosen for the attentive look was the surroundings of two schools in the center of Pelotas - RS. From the beginning, the research process looked for ways to displace the mind's thinking to think with the whole body, this desire materialized in two urban intervention actions that present themselves as a tool and a result. The combination between research methodology and the extensionist practice show an effective way to expand the horizon of thoughts.

Keywords: school environment, university extension, action research, teaching-research-extension inseparability.

1 Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU- UFPel). Arquiteta, produtora de eventos. Trabalha com aproximações entre urbanismo e educação, projetos participativos, escuta infantil e territórios educativos. Tem interesse nas áreas de estudos decoloniais e teorias feministas.

2 Doutora em História (PUC - RS), Mestre em Engenharia Civil e Mestre em Desenvolvimento Social. Arquiteta e Urbanista, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFPel.

3 Graduando do bacharelado em Música - Violão (UFPel). Atua como músico popular, é professor e trabalha com pesquisa etnográfica. Tem interesse nas áreas de estudo de memória, identidades, contemporaneidade e latinidades.

Pensar em Movimento

Esta escrita parte do aprendizado de onze anos de UFPel Universidade localizada no sul do sul. Perto de Porto Alegre? Mais perto do Uruguai ou “longe demais das capitais”. Aprendizado obtido com o espaço físico da UFPel. Parto de um olhar ciente para a influência dos ambientes sobre o nosso comportamento. Os espaços nos transmitem sensações. Não nos sentimos da mesma forma nas diferentes salas: em uma sala de aula, em uma sala de jantar em uma sala de cinema ou até em uma sala de espera. A ambiência dita parte de nosso comportamento. Dessa forma também faz a cidade e o urbano. Nos sentimos e nos comportamos diferente em um parque, em uma rua com intenso fluxo de pessoas, num beco escondido ou a pé numa via rápida de veículos. A forma urbana transmite mensagens. A configuração da cidade é também professora, as cidades são educadoras e a UFPel transmite lições sobre isso ao existir em prédios espalhados pela cidade de Pelotas. Na qualidade do campus disperso, a Universidade Federal de Pelotas ensina a ser e pensar sobre extensão.

Extensão se relaciona diretamente com a expansão. Na Universidade trata de expandir o fazer universitário. No tripé base que idealmente sustenta a Universidade Federal, ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão é idealmente comprometida com as classes populares, tendo como dever, além da disseminação do conhecimento, permanecer atenta às necessidades e conhecimentos da comunidade (FORPROEX, 2012). Essa atividade exige dedicação constante para não se tornar um espaço de reprodução dos valores hegemônicos. A extensão universitária pode ser entendida como comunicação (FORPROEX, 2012) e é preciso estar para comunicar. O estar disperso na cidade expande o território de comunicação.

O presente trabalho é parte das reflexões de uma pesquisa que aborda aspectos da relação entre cidade e educação, entre crianças e espaço público, entre escola pública e Universidade, **tensionando as possibilidades das práticas de extensão universitária no mestrado**. Aqui apresentarei parte dos procedimentos adotados na pesquisa: inicialmente com os pensamentos que, guiados pela revisão bibliográfica, motivaram a ação, seguidos por um relato das ações – intervenções – realizadas e da reflexão sobre essa prática e encaminhamentos futuros. Vale dizer que atravessado pelas consequências do COVID 19 o processo de pesquisa se desenvolveu como uma dança de improviso, guiada pelas instabilidades e incertezas do período pandêmico, **procurando brechas e assumindo riscos**.

Este processo se dá em um momento onde as instituições públicas estão sendo questionadas, faz-se necessário construir alternativas contra hegemônicas que marquem a utilidade social da academia (SANTOS, 2010). Boaventura Souza e Santos, em seu livro Universidade no Século XXI, assinala que a Universidade Pública tem perdido algumas de suas funções no desenvolvimento da educação, principalmente no campo das pesquisas educacionais aplicadas. A perda de espaço se manifesta na primazia dos estudos informados pela racionalidade econômica, valores que ganham espaço na agenda educacional e favorecem o projeto neoliberal de funcionalizar a universidade e entregar o sistema educacional ao capital mundial (SANTOS, 2010). Boaventura traça alternativas para reconquistar a legitimidade com uma reforma criativa: “combater o novo com o novo”, propondo um denso programa de responsabilização social da Universidade. Segundo o autor, é necessária uma reforma de legitimidade pautada em cinco frentes de ação, são elas: 1- acesso; 2- extensão; 3- pesquisa-ação; 4- ecologia de saberes; 5- Universidade e Escola Pública (SANTOS, 2010). A reflexão aqui proposta procura abranger discussões sobre a extensão, pesquisa ação e a necessária conexão entre a Universidade e as escolas públicas.

Figura 1- Recortes do trabalho UFPel na rua. Fonte: Autora, 2020.



Reconheço em mim a veia extensionista que circula na UFPel desde o trabalho final da graduação em Arquitetura e Urbanismo, no ano de 2017. Na ocasião projetei um equipamento para dar suporte e incentivar ações de extensão universitária: consistia em uma estrutura efêmera pensada para ser transportada, montada e desmontada facilmente. Podia funcionar como palco para apresentações, lugar para exposições, palestras, reuniões, ou o que quer que fosse necessário para extensão da atividade acadêmica. Como parte dos requisitos para conclusão do curso, simulei algumas implantações da estrutura projetada. Um desses exercícios imaginativos pretendia levar a extensão para uma rua na periferia de Pelotas onde ficam localizadas duas escolas públicas. Nesta criação foram instalados em frente às escolas um palco, uma biblioteca e um cinema (figura 01). Finalizada essa etapa, algo me incomodava: como podia eu, sem saber sobre aquela realidade propor uma intervenção no espaço? Essa curiosidade me levou a adentrar no mestrado convicta do desejo de fazer uma intervenção no espaço que partisse dos desejos e necessidades de seus usuários cotidianos. Além disso, seguia comigo a vontade de trabalhar a conexão entre escola e cidade. Trabalho no entorno escolar por acreditar na potência desse espaço.

O desejo de romper os muros das intuições de ensino, presente na extensão, procura encontrar formas de provocar a reflexão e transformá-la em ação. Nesse movimento acredito que um dos caminhos é poetizar o espaço urbano: inventar o que fazer (OITICICA, 1978); ampliar suas funções, criar utopias em lugares cotidianos a fim de democratizar seu uso e as decisões sobre ele. Reconhecendo a importância dos espaços educacionais e a necessidade de transformação, impor intervenções sem compreender a percepção e as relações que os usuários estabelecem ali me parece uma ação tão pouco ética como pouco efetiva. Paulo Freire nos ensina que o trabalho social, comprometido com seu papel histórico, reconhece que a mudança deve partir da reflexão e do conhecimento sobre a percepção que outras pessoas têm da realidade (FREIRE, 1979). Acredito que para propor ferramentas potentes é necessário desenvolvê-las de forma atenta a percepção e aspirações de quem ali habita. Ela deve partir da reflexão coletiva sobre a ambiência existente e suas possibilidades. Dessa forma, a pesquisa e a ação se apoiam em uma metodologia engajada que provoca a reflexão sobre a cultura de uso dos espaços estudados



Figura 2- Fotografia do cruzamento onde podemos ver a esquerda a escola rosa e a direita o colégio laranja.. Fonte: Autora, 2020.

O local escolhido para desenvolver esse exercício do olhar atento é o ambiente urbano de vizinhança e conexão entre duas escolas no centro de Pelotas – RS. Uma escola particular e outra municipal. O contexto chamou atenção por ser compartilhado por duas instituições inseridas na cidade de formas marcadamente diferentes: uma murada - isolada, e a outra com o gradil leve - permeável (FIGURA 02). Na dissertação aprofundo as apreensões sobre as escolas e essa situação específica, por aqui vale deixar dito que escolhi chamar a murada de Colégio Laranja e a permeável com gradil de Escola Rosa, isso porque essas são suas cores predominantes na altura do olhar. Interessava saber como essas formas de estar na cidade provocam o fazer educacional e como essas comunidades escolares se relacionam com o espaço urbano imediato.

Logo no começo de minhas incursões de observação, percebi que o campo disperso da Universidade Federal de Pelotas não ensina só a mim, num diálogo de final de tarde junto ao portão da escola rosa essa compreensão ganhou novas camadas. Me aproximei de duas adolescentes que me notaram desde as primeiras idas a campo. Com receio de abordá-las lembrei dos escritos de Brené Brown: demonstrar vulnerabilidade é a melhor forma de conexão, é eficiente para travar conversas porque as pessoas efetivamente se abrem (BROWN, 2012). Contei para elas que estava ali por querer desenvolver um projeto junto a escola, mas que estava com vergonha de chegar. Elas riram, falaram que estudam ali e que eu não precisava me preocupar porque na Escola Rosa “todo mundo adora projetos”. Elas recomendaram que eu procurasse a monitora da tarde que certamente gostaria de colaborar com o meu trabalho. Em seguida, enquanto observavam um casal que passava outro lado da rua, falaram entre elas algo que eu não compreendi, a mais falante delas me olhou e disse: “a gente gosta desses estudantes, esses da faculdade que sempre passam por aqui e ficam pela praça, eles são normais, mas um pouco loucos, a gente quer ser assim também”, a outra completou “eu queria ser esse casal”.

Esse acontecimento ficou latente nos meus pensamentos como evidência da importância e efetividade de ser o campus universitário disperso na cidade. A professora e arquiteta Andrea Moassab nos conta sobre a criação das universidades na Europa do século XV de forma eminentemente atrelada, funcional e espacialmente, à urbanidade. Eram instaladas no centro das cidades. Posteriormente, já na colonização da América, surge o conceito de Campus que procura resguardar a produção intelectual ao instalar as

Universidades afastadas do “descontrole das cidades” (MOASSAB, 2011). Pelas dinâmicas de sua fundação, unindo diferentes instituições existentes na época, a UFPel apresenta-se como uma estrutura híbrida, compartilhando do modelo europeu e também do norte americano. A inserção dispersa na cidade foi reforçada a partir de 1986 através do projeto Universidade na Cidade, coordenado pela professora Ester Gutierrez, que procurou ocupar as estruturas fabris desativadas no Bairro Porto de Pelotas, assim como prédios históricos na área central (PERES, 2019). A fragmentação experienciada pela Universidade Federal de Pelotas mostra-se eficaz em promover encontros e demonstra como a inserção urbana das instituições faz parte de seu plano de ensino. **O campus aberto, disperso, colabora com a troca permanente entre escola e cidade, a Universidade Federal de Pelotas se faz um pouco mais próxima com suas pessoas normais circulando por ali.**

O agir para realizar uma ação conjunta, colaborativa, é adentrar-se em um processo de negociação, é lidar com poderes e resistências até então desconhecidas. As abordagens para construção conjunta, desde o primeiro contato com as escolas até as realizações junto às localidades, procuraram apresentar-se de forma descentralizadora. De início objetivava a participação ativa das crianças, processo que ainda não foi possível por causa das complicações geradas pelos tempos pandêmicos. Acredito que **a flexibilidade na construção e aplicação das ferramentas metodológicas é um dos requisitos e das qualidades da atividade de pesquisa em extensão.** A partir do momento que nos propomos a expandir, estender, fazer junto, perdemos – ou deveríamos permitir perder – parte do nosso controle sobre os rumos da pesquisa. Ela passa depender de outros agentes, outros fatores. Nos primeiros passos da pesquisa procurei as duas escolas a fim de construir junto um percurso rumo a reflexão sobre o espaço vivenciado e dividido por elas. Tinha poucas resoluções, poucas certezas, mas muita vontade de construir junto. O adentrar nas escolas trouxe conflitos e compreensões frente a visão romantizada que eu carregava desse ambiente, o estar em campo distanciou uma ingenuidade de quem olha de fora.

Inserida na área de percepção do ambiente pelos usuários, a pesquisa acredita no potencial crítico de quem vivencia o espaço (ONO et al. 2018) e procura mais do que a coleta de dados, procura ferramentas que provoquem reflexão a quem participar do processo, um construir de dados a partir do exercício no espaço. Diminuir as barreiras que separam a vida privada da fruição urbana passa por rever o enclausuramento da educação. Certamente esse objetivo é transgressor não só da cultura escolar como da cultura geral. A cultura do medo urbano está tão internalizada que a possibilidade de as crianças viverem a cidade causa pavor. **A possibilidade de se materializar em uma ação inspirou a escrita com um sentimento ético e político sobre a responsabilidade da Universidade com a Escola e da Pesquisa com o fortalecimento das Instituições Públicas de ensino.**

Olhar para a escola é também olhar para a infância. Há incoerências em classificar as crianças como um bloco, como grupo homogêneo. A arquiteta Mayumi de Souza Lima ressalta que a situação da escola pública, com orçamento reduzido e instalações precárias, é retrato do pensamento social que vê a criança como uma sucata industrial, que será produtiva futuramente se não oxidar, se oxidar ela deixa de ser criança e passa a uma categoria mais baixa: a de menor (LIMA, 1989). Numa mesma sociedade há diferentes infâncias e aqui as crianças de zonas periféricas são as maiores candidatas à condição de menor. **O tratamento, suas perspectivas de futuro, o que se espera delas e conseqüentemente as oportunidades oferecidas dependem das condições econômicas de sua família.** É preciso olhar para as relações de classe consciente de que essa envolve o comportamento que adotamos, nosso olhar pro mundo, nossos pressupostos básicos sobre a vida, como lidamos com problemas e nosso conceito de futuro (BROWN, 2015). Essas determinações incidem sobre as

crianças e seus espaços de permanência.

Nas sociedades urbanas pré-industriais as crianças apropriavam-se das ruas para o convívio e o brincar (LIMA, 1989). As ruas eram utilizadas como extensão das casas e o espaço público reconhecido como local de recreação da classe trabalhadora. Com o tempo a reunião de populares foi percebida pela burguesia como perigosa, “elementos vulcânicos” que passaram a ser reprimidos para garantir o “decoro” das ruas (LIMA, 1989), numa concepção de que a rua – ressaltado ser substantivo feminino – deve ser espaço de passividade e controle. A imposição do poder sobre os dominados é explicitada no controle da liberdade dos corpos. É uma política de coerção. Dessa forma o imaginário de perigo urbano é continuamente construído e reforçado (DIAS, 2015). Para proteger as crianças há um ideal de confinamento nos espaços privados e o espaço público, cada vez mais isolado, assume características de abandono e violência (JACOBS, 2014). **A privação da vivência no espaço público se dá tanto pelo emparedamento (TIRIBA, 2018) quanto pelas dinâmicas que priorizam o carro e a velocidade e são hostis à escala humana.** Assim, se faz necessário atentar-se às atuais formas de fazer Escola, tanto nas instituições quanto nas ruas, e compreender a relação infantil com os espaços à procura de estratégias de melhoria dos ambientes potentes em educação.

Trabalhar na cidade a fim de ressaltar seu papel de agente educativo é caminhar rumo a uma práxis de priorizar pessoas no lugar dos automóveis e das fábricas. É a contramão de uma perspectiva onde as pessoas têm apenas o valor do seu trabalho e são vistas destituídas de sua humanidade. Essa perspectiva de transcender os muros institucionais faz parte de uma construção intelectual marcadamente brasileira porque parte do pensamento de pessoas como Anísio Teixeira, Mário de Andrade, Ariano Suassuna e Paulo Freire. Pensadores que guiaram suas obras sob uma visão de integração que denuncia o isolamento da escola como barreira para a educação verdadeira (SINGER, 2015), aquela que se faz presente no cotidiano e no desenvolvimento pessoal, aquela capaz de mudar o mundo.

O Plano Nacional de Educação prevê a valorização das experiências extraescolares e a necessidade de adequar o projeto pedagógico ao contexto específico (MEC, 2019). As crianças têm direito a cidade e ao aprendizado oferecido pela urbe, assim como não lhes pode ser negado as possibilidades de socialização e a criação de vínculos e afetos com o território. A educação precisa da realidade (FREIRE, 1977). A mudança desafia a escola e a cidade num contexto que constrói altos muros. Para questionar e reverter as heranças de escolas que se parecem com conventos, manicômios e prisões, **precisamos de abordagens generosas e indisciplinadas** (DE FARIA, 2012). É preciso radicalidade e espírito crítico, é preciso reinventar.

Quando a reinvenção, o ano de 2020 começou surpreendendo com uma realidade não imaginada: uma doença com alto potencial letal se alastra rapidamente pelo mundo. Imersos em novidades e incertezas, em alguns momentos conseguimos vislumbrar a vida humana como mais uma das espécies em possível extinção. A crise sanitária evidenciou a permanente crise que legitima a desigualdade social, explicitou também a necessária busca por alternativas ao modo de viver dominante. Imagens que mostram os animais apropriando-se da cidade percorreram o mundo através da internet e são potentes em mostrar como nosso modelo de desenvolvimento é predatório, antropocentrado (figura 03).

Boaventura afirma que as possibilidades de resistência estão na articulação entre processos políticos e os processos de construção do comum. Santos ressalta o papel das cidades: é preciso traçar soluções democráticas a nível dos bairros, isso porque **fortalecer as articulações locais é uma estratégia de enfrentamento** a um



fenômeno recorrente em democracias vulneráveis: as “fake News” (SANTOS, 2020). A propagação de notícias falsas encontra solo fértil numa sociedade desarticulada, imersa em uma crise de representatividade onde as pessoas não têm fontes próximas em quem confiar (SANTOS, 2020). Essa estratégia foi utilizada durante as eleições brasileiras de 2018 e retornou agravando o caos provocado pela crise sanitária de 2020-2021. Os encontros e o reforço das relações de vizinhança são práticas eficazes para compartilhamento de informações menos manipuladas.

A urbanidade carrega uma esperança de acesso a serviços de saúde, de educação, energia elétrica, abastecimento de água, empregos, lazer e cultura (IBÃNES, 2019). Porém a estrutura pública urbana não foi pensada para os grupos fora do poder hegemônico hetero branco patriarcal. Fundadas pela invasão colonial, as cidades conservam o caráter de dominação tanto em seu desenho quanto em seus imaginários. São desde o nascimento organizações segregadoras (IBÃNES, 2019). Outro fator que acomete esse tempo é que as cidades são cada vez mais parecidas, suas singularidades são substituídas por um padrão de consumo. Raquel Rolnik alerta sobre a atual lógica que procura transformar a cidade em empresa e os habitantes em clientes, sendo essa uma tática velha, testada em diferentes escalas e condenada ao fracasso (ROLNIK,2020). As escolas não escapam imunes a essa lógica. Arelado ao imaginário de insegurança urbana, o cercamento responde a uma necessidade de se fazer distinto social e espacialmente, uma estratégia para manter-se longe da indignidade da rua (LEITÃO, 2005). A preferência pelas vias rápidas, pelo automóvel e pelo lazer de shopping, faz parte de um projeto de poder (ROLNIK,2020). O ganho de velocidade modificou as escalas da vida urbana e insensibilizou o corpo de seus habitantes (SENNETT, 2014). Essa dinâmica, aparentemente abstrata, toma corpo e está expressa nos espaços das cidades: uma ambiência morna e estéril, vazia de preocupação lúdica (DEBORD, 2003).

Agora relembremos de um potencial que foi capaz de aprovar o Estatuto da Cidade e criar o agora extinto Ministério da Cidade (RETTO,2020). O estatuto da cidade é a lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “política urbana” da Constituição Brasileira (OLIVEIRA,2001). É uma conquista coletiva de técnicos e movimentos sociais. É uma herança de luta que carrega caminhos e alternativas aos problemas ainda recorrentes. O Estatuto reúne **instrumentos urbanísticos a fim de garantir a função social da cidade**. Tem como princípios fundamentais a gestão democrática do território (OLIVEIRA,2001). Coloca sobre os municípios a responsabilidade de agir visando o interesse coletivo e de **convocar a população para**

participar da organização do seu espaço de vida. É a garantia legal de participação popular nas decisões de interesse público (GUIZZO, 2019). Completando vinte anos de sua promulgação mostra-se insuficiente: as forças hegemônicas que planejam cidades trabalham também para falta compreensão do processo de fazer cidade.

Reeducar a esperança na participação popular para construção da cidade passa por olhar para as conquistas do passado e procurar fortalecimento, avançar nas discussões a partir do acúmulo de experiências (RETTO,2020). Educar para a participação nas políticas públicas é educar para uma cultura de diálogo (FREIRE, 1977). A esperança que guia o trabalho de Freire está relacionada à possibilidade de transformar a realidade por meio da nossa ação no mundo, contrapondo-se aos discursos fatalistas que creem que as coisas não mudam. Um agir alinhado com esse pensamento representa desenvolver processos educativos de promoção do senso crítico e da vontade de ação individual pelo coletivo (RETTO, 2020). É preciso reeducar o olhar para “a coisa pública” (tanto os espaços públicos quanto as instituições) como bem e todos, potente de encontro e de fortalecimento. **A potência aqui alimentada é a de utilizar as ruas como fortalecedoras do poder local e a escola como agente de educação sobre os direitos urbanos**.

Intervenções Temporárias, marcas permanentes é o título de um livro referência para essa pesquisa (FONTES, 2013). Kevin Linch, já no século passado acreditava no potencial dos eventos e rituais de agir sobre os imaginários da população urbana (RETTO, 2020). Esse pensamento assume que a representação social do espaço é continuamente alterada. Em períodos anteriores à pandemia do Coronavírus o espaço coletivo já era visto como lugar inseguro, acompanhamos a demonização do estar fora de casa. Algumas cidades tomaram atitudes de remoção do mobiliário público ou isolamento dos bancos visando afastar a população desses lugares. Aqui trago uma colagem com imagens referentes à interdição de mobiliários públicos nas cidades Brasileiras, a retirada dos bancos no Espírito Santo e o isolamento de um banco monumento na cidade de Pelotas (FIGURA 04). Essas ações consistem em intervenções pontuais e temporárias, mas podem significar prejuízos permanentes. Assim, **é preciso fortalecer um urbanismo que reaja à pandemia e as sequelas do isolamento social**.

É característico de momentos de repressão que as ruas se tornem um corredor entre as atividades básicas como casa e trabalho. O afastamento do convívio urbano é ferramenta para o enfraquecimento do poder popular. A promoção de um olhar diferenciado para o uso da rua é também a promoção de um olhar crítico para a cultura do automóvel. Ela está intimamente relacionada à crítica ao isolamento proporcionado por muros e grades: a polarização social refletida no espaço que se esforça para eliminar o contato com o estranho (FONTES, 2013). Não se trata de um combate ao automóvel como um demônio, e sim o combate a sua exagerada concentração e primazia no espaço urbano (DEBORD,2003). Guy Debord afirmava, já em 1959, que urbanistas preocupados com o futuro da vida na cidade devem **trabalhar para o enfraquecimento dos veículos individuais**. Se no século passado já era apontado como demanda urgente, agora é mais do que necessário esboçar um urbanismo que seja palco para uma vida mais feliz, um urbanismo feito para dar prazer.

Há um movimento de fazer – cidade que acontece através das Intervenções Urbanas. Elas são caracterizadas pela promoção do inesperado no cotidiano. Partem da ativação intencional do espaço público, do desejo de resgatar o valor humano de viver na cidade (VELLOSO,2019). São práticas que trazem para o espaço elementos inesperados capazes de reconfigurar momentaneamente a percepção da realidade (FONTES, 2013). Desenrolam-se em ações temporárias, mas podem significar mudanças duradouras, isso porque a experiência vivida em conjunto pode desencadear novas relações não



só com o espaço, mas entre os habitantes (FONTES, 2013). São rupturas cotidianas potentes em resgatar e evidenciar a condição pública dos espaços (VELLOSO, 2019), ferramentas para transformar o espaço público em um lugar propício e catalisador de relações sociais saudáveis. Dessa forma, **as intervenções funcionam como um antídoto a lugares marcados pela indiferença, sendo capazes provocar um enriquecimento nas referências de cidade e de uso dos espaços coletivos.** As intervenções podem acontecer tanto para coibir, como no caso da remoção e isolamento de mobiliário, quanto para incentivar a apropriação. Quando pensadas para ativar, o impulso lúdico é capaz de colocar o espaço em ação; As intervenções que chamam para rua explicitam uma inversão de pés que não se contentam mais em andar pelas laterais e querem retomar o protagonismo urbano (ANDRÉS, 2015). **É uma prática educativa para a vida política porque evidencia a possibilidade de repensar o próprio espaço e agir sobre ele.**

Movida por esses pensamentos a pesquisa se encaminhou para promoção de uma intervenção urbana em forma de evento de rua. Propus uma oficina de urbanismo tático como principal ferramenta de diálogo com os usuários. Esse tipo de ação utiliza de elementos acessíveis como tintas e pneus para repensar de maneira prática e coletiva o desenho do espaço. Para viabilizar a ação escrevi uma proposta no edital de auxílio a eventos da Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT): Intitulada “Se essa Rua fosse minha”, a proposta era fechar as ruas lindeiras às escolas, ocupar o espaço com brinquedos infláveis e pipoca e, em conjunto com as comunidades escolares, refazer provisoriamente o desenho urbano dessa região. A proposta foi aprovada em primeiro lugar na sua categoria. Junto com algumas amigas, fundamos a Coletiva Arruaceiras a fim de executar o projeto e torná-lo ponto de partida para outras ações urbanas. De início, articular uma escola municipal com um particular para realização do evento de rua já estava se mostrando uma árdua tarefa, algumas professoras estavam receosas em relação ao contato entre os alunos das duas escolas. Quando as atividades foram interrompidas pela pandemia, incertezas tomaram conta dos planos traçados. **A forma como o processo de pesquisa – intervenção – extensão respondeu ao inesperado é aqui apresentada a fim de discutir e refletir sobre um processo - de pesquisa e extensão - que se quer aberto e atrelado a vida cotidiana, quer movimento.**

Movimentar

Frente a necessidade de isolamento social a proposta precisou ser reformulada. Promover uma atividade online não era uma opção uma vez que o objetivo do evento era provocar novas experiências entre crianças e cidade. Em meio às incertezas e desorientações do ano de 2020, com o grupo Arruaceiras desarticulado, a alternativa para a ação, que já tinha suas verbas aprovadas como evento público cultural, foi um cinema de rua. Para manter a proposição de levar as crianças para o espaço urbano e sugerir usos inusitados para cidade de uma forma que conseguíssemos manter o distanciamento, a proposta de cinema surgiu como alternativa condizente com a verba recebida. Diante das medidas restritivas que marcaram o período, parte da pesquisa afastou-se da escola, intelectual e fisicamente. Isso se deu não por falta de esforço para realizá-lo no pátio da escola e acabou por **desprender o pensamento da educação escolarizada.** O projeto proposto inicialmente partia das estruturas e conexões já estabelecidas pelas instituições, com as mudanças foi necessário experimentar outras formas de conexão.

A necessária mudança de planos teve como maior desafio o conversar com as crianças. A pesquisa almejava que as ferramentas de interação não se limitassem a coleta de dados, mas também fossem instrumentos de reflexão para todas as pessoas que participassem do processo. Procurando um meio de diálogo foi desenvolvido um livro de colorir com uma história infantil sobre a cidade. O livreto intitulado - Se essa Cidade Fosse Minha - traz uma história de uma menina que divide os sonhos que ela tem para cidade, desde a possibilidade de criação de hortas urbanas, passando pela limpeza de rios e culminando na ação de usufruto da rua com a realização de um cinema ao ar livre. Foram impressos 500 livretos de tamanho A5 com páginas coloridas e páginas de convite para colorir (figura 05).

Ciente de que todo ato pedagógico é político, pois pauta-se em escolhas que traduzem a visão de mundo de quem atua (ARELARO, 2021) e da responsabilidade diante da utilização do dinheiro público envolvido no Edital, a ação se distanciou das escolas e me coloquei como agente educacional não escolar. Freire nos fala que **um dos papéis da educação é auxiliar na compreensão da capacidade que temos de transformar** (FREIRE, 1977). Ao escrever o livro me deparei com dilemas que, imagino, devem acompanhar a atividade docente. A autonomia intelectual parte da compreensão da realidade (ARELARO, 2021), a construção dela é constante ao longo da vida, então, permanecendo em processo de minha própria educação, como posso agir no percurso de outres? Diante desta questão, senti a necessidade de construir uma personagem que, fugindo de compartilhar certezas, divide possibilidades e sonhos. A capacidade de sonhar é por si só professora. A personagem parte dos sonhos para a ação, realiza o evento público no meio da rua a fim de evidenciar que assim como a história (FREIRE, 1977) a cidade é feita de movimento - e luta. No decorrer do livro a menina revela que assim como a cidade é dela, é também de todos que vivem ali. E no final, procurando evocar outras concepções e provocar o sonho, questiona: “Quais teus desejos para cidade?”

Paralelamente, a promoção do evento demandou movimento na cidade. Sobrepunha-se ao desejo de ativar o urbano os necessários cuidados com a crise sanitária. Estávamos em um momento de muitas incertezas, de poucos encontros e urgência nos processos que envolviam o uso da verba pública. Esperamos encerrar o período de eleições municipais. A cidade estava experimentando um caos estranho, muita gente na rua, escolas e praças fechadas, bares e shoppings abertos, decretos e bandeiras que mudavam toda hora. Era preciso realizar o evento de forma a não provocar aglomerações. Éramos dois agentes, dividi essa aventura de criação e movimento com meu companheiro, colega de casa, pandemia e terceiro autor desse texto.



Inicialmente acreditávamos ser viável passar de casa em casa fazendo o convite. Após algumas caminhadas, o receio do contato com o desconhecido, patologia de nosso tempo agravada pela crise sanitária, mostrou que essa não seria melhor forma de chegar até as pessoas. Então qual seria? Forças locais. Tendo como já estabelecido a escala de rua, visando abranger um número controlado de crianças, qual seria o poder local no nível da rua? Nossas caminhadas atentas trouxeram algumas respostas. Em meio aos mandos e desmandos, as certezas e incertezas do ano de 2020, sofrendo as consequências deste inesperado, estavam os negócios locais. O mercadinho, a padaria, sorveteria, doceria, bar, lanchonete, salão de beleza... eles estavam por tudo, muitos comerciantes conhecem a vizinhança pelo nome, são conhecidos também das crianças, vimos que há quem às tenha mapeadas na cabeça.

Dia doze de outubro, segunda-feira de feriado e dia das crianças. "Hoje vamos encontrar pessoas brincando na porta das casas". Caminhamos no perímetro deliberado para realização do evento e pudemos observar um fluxo de crianças e familiares nesse entorno. Nesse momento ainda havia dúvidas acerca da abordagem a ser utilizada para travar o contato com esses moradores. Depois de caminhar por algumas ruas vazias encontramos uma doceria aberta e decidimos entrar e conversar com quem estivesse por lá. Ali conhecemos a Cristina, professora de uma escola de ensino fundamental e mãe de dois filhos. Com ela compartilhamos nossas ideias e lhe questionamos sobre a presença de crianças naquela região. Ela relatou que por ali as crianças já estavam bem crescidas, na faculdade, falou de uma e outra nas ruas vizinhas, e aconselhou que procurássemos por um senhor, dono de bar, conhecido por realizar tradicionalmente uma festa de dia das crianças, relatou que levou seus filhos nessa festa muitos anos, que é uma festa que mobiliza a região do Porto e que talvez estivesse acontecendo naquele dia, apesar de não ter ouvido nem barulho, nem visto movimentação.

Com o endereço em mãos, seguimos atrás do Bar do Maurício. Descemos muito [relativamente ao que estamos acostumados a andar no Porto de Pelotas], entramos em ruas do Bairro Porto que não conhecíamos, pedimos informação na avenida principal, mas o rapaz do estacionamento não conhecia o ilustre vizinho. Já estava ficando escuro quando encontramos o bar sem placa, em uma quadra pacata e residencial, uma mistura de comércio com casa, dois homens bebiam encostados na

porta de entrada, espiamos e no interior com pouca luz, havia movimentação de outras pessoas. As características peculiares davam ao bar um ar íntimo e reservado, não tivemos coragem de chegar e abordá-los. Passamos lá outras vezes, mas tivemos dificuldade na aproximação. Até onde vimos nos nossos passeios noturnos, era um lugar frequentado por homens, e eu não me senti à vontade para entrar. Ficou combinado então que o Pedro iria sozinho, se aproximaria como um consumidor do bar e depois, quando tivesse uma brecha falaria do evento.

Alguns dias depois de tomarmos essa decisão, num final de tarde chuvoso, Pedro chegou em frente ao bar, ouviu que pessoas conversavam lá dentro, porta entreaberta, não se sentiu à vontade para adentrar, mas era isso ou ficar na chuva, entrou ofegante. A conversa cessou e Pedro foi olhado e analisado de cima a baixo, olhou para o senhor atrás do balcão e perguntou "- O senhor é o Maurício? "; "por enquanto to sendo", respondeu desconfiado, "Cheguei aqui através da Cristina, da doceria "; "Não conheço"; "Ela me falou sobre a festa de dia das crianças, o senhor que faz a festa? "; " Não, não vou fazer, enquanto não tiver vacina não vou fazer, não". Com essas respostas, Maurício sumiu por uma porta atrás do balcão. Pedro achou que era isso, conversa encerrada. Minutos depois o senhorzinho invocado voltou com um álbum de fotos da festa que realiza há 35 anos. Pedro ficou impressionado com a grandiosidade do evento que mobiliza não apenas a rua, mas também o entorno e demais localidades da cidade e que chegou a reunir uma média de 4 a 5 mil pessoas, motivo de orgulho. Maurício explicou que ele puxava, mas todo mundo se envolvia, cada casa da rua fazia um tipo de quitute e ele arrecadava patrocínios com empresas. Convidou Pedro para entrar em sua casa, que fica junto ao bar, para ver o estoque de brinquedos esperando a próxima ocasião. A festa não ocorreu em 2020 devido à pandemia, e Maurício repetiu múltiplas vezes que não faria outro evento antes de estarem todos vacinados. Pedro deu alguns detalhes do projeto, interagiu com os demais ali presentes, e combinou com o Maurício que voltaria em outra oportunidade acompanhado por mim. Maurício passou o telefone para combinarmos a data depois que ele terminasse uma obra de colocação de azulejos no interior do bar.

Pedro relatou esta visita, disse que o Maurício era um homem desconfiado e que não foi muito simpático, mas que demonstrava interesse e amabilidade nas interjeições e por isso enxergava essa abertura ali. Numa tarde de quarta-feira, conforme combinamos pelo telefone, eu e Pedro chegamos até o bar, eu já estava preparada para ser escoraçada. Assim que entramos Maurício nos recebeu com um sorriso e com a advertência "eu não vou fazer nada enquanto não tiver vacina", todos do bar nos cumprimentaram com simpatia. Preocupados com a permanência em local fechado com outras pessoas, pedimos uma cerveja e fomos para a varanda lateral, ao mesmo tempo do bar e da casa do Maurício. Enquanto estávamos ali percebemos um fluxo constante de crianças e moradores do entorno, o bar também funciona como uma venda. Pouco tempo depois Maurício nos traz um álbum com as fotografias do evento, dei a ele um exemplar do livreto, o teste, primeira impressão, e ele se animou. Mostrei uma ilustração imaginativa do evento para afirmar que seria algo pequeno, possível de manter o controle e os cuidados sanitários recomendados. Não precisou de muita conversa para que Maurício aceitasse "Vamos fazer sim, só marcamos a data". Que alegria. Missão cumprida, combinamos de voltar para conversar melhor em um outro momento e nos preparamos para sair.

Fomos impedidos, Maurício pediu que esperássemos, que haveria o aniversário de um menino. Ele estava esquematizando o bar em duas regiões para evitar os contatos, disse que comprou uma torta e que o aniversariante ficaria feliz em nos ver. Pouco tempo depois ele chegou, carinhosamente chamado de menino, estava completando 25 anos, veio acompanhado da mãe e outros familiares. Era tanta alegria, eu achei aquele momento mágico, Guigo, amigo que fizemos nessa ocasião, só me olhava e

Figura 6 – Estrutura já montada na varanda do bar com destaque para faixa de aviso. Fonte: Autora, 2020.



repetia “estão preparados para se envolver? aqui é assim, fortes emoções “. Além da torta, os amigos do bar fizeram uma vaquinha para comprar uma cachorrinha de pelúcia, que Bruno, aniversariante, nomeou de poppy e um outro cachorrinho que pula e late no chão, ele ficou fascinado. Todos alegres festejando o “Rei do Bar”. Fui embora nas nuvens, que lugar peculiar, um bar que também é acolhimento e pertencimento para um menino com Síndrome de Down. Saímos de lá também nos sentindo acolhidos, pertencentes e ansiosos para retornar com o evento.

Optamos por não realizar nenhuma atividade no período eleitoral, tendo isso em vista, a data do dia dois de dezembro foi a escolhida e confirmada pelo telefone. Maurício já tinha determinado o horário que ele achava mais viável: vinte horas. Passaram-se duas semanas e retornamos ao bar, na ocasião discutimos as medidas de segurança a serem tomadas, o lugar onde colocaríamos a tela e onde ficariam as crianças. Para deixar o Maurício mais tranquilo e firmar nosso compromisso, deixei nessa ocasião uma faixa para ser estendida no dia do evento onde estava registrado, em forma e aviso, o necessário distanciamento e permanência da máscara durante a exibição do filme (FIGURA 06). Ficou decidido que o Maurício convidaria as crianças da rua e que o evento seria anunciado com três dias de antecedência, para não haver a possibilidade de aglomeração. O evento não foi anunciado em nenhum tipo de mídia, apenas no grupo do WhatsApp dos frequentadores do bar.

Quarta Feira dois de dezembro, meu aniversário, às vinte horas aconteceu a primeira sessão. Saímos de casa quase duas horas antes, eu e Pedro fomos separados porque não coubemos nós dois, tela e equipamentos no mesmo Uber, ele foi com o carro e eu segui a pé, por preferir ele fizesse a primeira abordagem. No caminho encontrei a Bruna, colega de mestrado, que se animou com a notícia do cinema e quis ir junto, achei melhor que ela nos acompanhasse em uma próxima, devido ao ambiente intimista característico do bar e também as restrições sobre o ajuntamento de pessoas. Chegando lá, o dia estava normal, não haviam crianças e nenhuma movimentação diferenciada. Maurício me mostrou o convite que fez para as crianças “teatro no bar do Maurício” (FIGURA 07). O local para a permanência das crianças, assim como de colocação da tela, teve que ser adaptado devido a uma remota possibilidade de chuva. Alocamos a tela de forma que ela pudesse ser amarrada em duas árvores e para as crianças organizamos um espaço na calçada. Na varanda do bar, estendemos



Figura 7 – Fotografia do convite do evento elaborado pelo Maurício. Fonte: Autora, 2020.

a faixa que comunicava a necessidade do uso de máscara e distanciamento durante toda sessão. Dispusemos as cadeiras com o distanciamento devido, para alocar a tela apareceram muitos auxiliares, alguns vizinhos perguntaram se aconteceria um teatro por ali, o Maurício colocou potes de álcool gel em um banco próximo à tela.

Chegada às dezenove e quarenta e cinco a presença infantil ainda era pequena. Alguns olhos curiosos apontavam na esquina observando a movimentação. Eis que faltando dez minutos para o início da sessão, Maurício vai até o meio da rua, bate palmas e grita “Tá na hora do cinema gurizada” e então saem das casas, algumas acompanhadas pela mãe, quinze crianças já ansiosas pelo evento. Foi incrível como eu mal percebi e de uma hora para outro aquele ambiente estava ocupado por olhos animados (FIGURA 08). Surpresos e muito felizes, orientamos quem chegava sobre a ocupação do espaço, nos apresentamos e comunicamos sobre como seria a realização do cinema. Todos nos seus devidos lugares, tivemos dificuldade com os equipamentos e surgiram muitas pessoas para ajudar, desde um técnico em informática até uma pedagoga assessorando as crianças, havia uma aura de magia, iniciamos o filme.

A animação escolhida foi O Menino e o Mundo, filme brasileiro que concorreu ao Oscar. À primeira vista, assistindo em casa, a escolha do filme parecia certa: trata sobre a saga de um menino que sai do interior rumo a uma cidade grande à procura de seu pai. O filme não possui diálogos orais e é feito com desenhos simples como “boneco de palito”. Provoca reflexões sobre a vida na cidade. O filme tem a duração de 1h20min e logo nos primeiros minutos as crianças já estavam inquietas. Não sou especialista em crianças, mas aquela reunião na rua, com outras crianças, à noite, contato raro nos últimos tempos, gerava uma agitação que, em contraste com o filme, evidenciava as formigas que moram na cadeira das crianças. Elas estavam agitadas, mas permaneciam em silêncio nas cadeiras, a inquietude delas foi me inquietando, eu estava ansiosa e de repente acontece um infortúnio, o inesperado de estar ao ar livre, o estar desprotegido das intempéries: o vento parecia querer levar o Menino e o Mundo para voar para fora dali. Alguns frequentadores do bar revezavam para segurar a tela, até que começou a chover. Meu olhar procurou o Maurício, que estava tão animado quanto as crianças, tão apreensivo quanto eu, ele sugeriu a transferência das crianças para a varanda, a tela estava um pouco torta, mas tinha sido firmada com pedras. A transferência foi rápida e organizada, entramos no alpendre e seguimos o filme, mas a

Figura 8 – Foto do evento na calçada do bar do Maurício. Fonte: Autora, 2020.



chuva aumentou, a inquietude das crianças também e eu receosa de perder o controle preferi parar o filme. Para mim foi um alívio.

Maurício pediu para que as crianças esperassem, disse que ainda tinha uma surpresa. Entrou na casa e trouxe uma torta, todos cantaram parabéns para mim. Foi lindo e angustiante ao mesmo tempo, estar naquele lugar tão acolhedor, cercada de crianças, em uma varandinha no meio da chuva, os dois metros do isolamento impossíveis de serem cumpridos. Depois dos parabéns, faltava distribuir os livretos para completar o ciclo da nossa atividade. Mauricio apareceu com várias bonecas, anunciei o livro e o sorteio da cesta e assim entregamos os livros juntamente com os brinquedos. As crianças, acostumadas em ganhar mimos no bar, não se empolgaram muito com as bonecas, mas enquanto eu distribuía os livros uma me perguntou “posso levar um para minha irmã?” Fiquei feliz, disse “claro que sim, e entreguei mais um para ela”, quando cheguei na outra cadeira outra menina me pediu “posso levar pra minha irmã que não pode vir?” imediatamente ouvi uma vizinha que vinha mais de trás “agora todo mundo vai ter irmã”, entendi o golpe, falei para ela que ia distribuir um para cada pessoa que estava ali, se não faltasse, entregaria o da irmã dela, sobrou, entreguei.

As crianças foram embora tão rapidamente quanto chegaram. Ficamos por ali, desmontamos a estrutura, guardamos os equipamentos, organizamos o bar e recebemos elogios e agradecimentos. Mauricio me falou que é sempre assim, que quando ele anuncia que vai fazer algo, seus amigos e apoiadores surgem para auxiliar, que eles são “pau pra toda obra” e dão suporte a tudo que ele inventa. Combinamos de fazer outras vezes, em dias de clima mais ameno. Fomos embora ainda com chuva. Eu estava exausta, quando cheguei em casa, pensando sobre o ocorrido fiquei incomodada com a forma que interrompi o filme, sem uma conversa direta com as crianças. Fiquei chateada de ter realizado o evento em um dia com possibilidade de chuva. Uma semana após o evento, não tínhamos recebido nenhum retorno das crianças, então preparamos a cesta de prêmios (lápiz de cor, massinha de modelar, gibi, alguns doces e um quadrinho) afim de deixar exposta no bar e estimular a participação. Fomos até o bar curiosos e apreensivos quanto ao desenrolar do evento. Como não conseguimos manter rígidas normas de segurança, ficamos preocupados quanto à temível contaminação. Graças às máscaras, álcool gel, organização e um pouco de sorte, tudo ocorreu bem, e as pessoas ficaram felizes com a realização do evento. Mauricio deixou a cesta bem à mostra, e falou que lembraria as crianças de enviarem



Figura 9 – Foto do evento no Bairro Balsa. Fonte: Autora, 2020.

resposta.

Após as reflexões geradas na primeira exibição, fizemos adaptações no formato do evento. Percebida a inquietude das crianças, e as interrupções mais suscetíveis no espaço aberto, optamos por selecionar dez curta metragens brasileiras, o tempo de duração variou entre cinco e quinze minutos, o que facilitou as pausas e permitiu abranger diferentes assuntos e idades. Sentimos a necessidade também de delimitar de forma mais visível a área de permanência das crianças. Assim foi possível adaptar a exibição de acordo com a interação do “respeitável público” infantil. Adquirimos também o que viemos a chamar de “kit primeiro socorros”, composto por equipamentos que se fizeram necessários e foram supridos por toda estrutura e apoio do Bar do Mauricio, como régua de energia, fita de isolamento, barbante, camiseta para equipe, etc. Planejadas as adequações, partimos em busca do segundo local para montar o cinema.

Entramos em contato então, através da internet, com João Paulo Pinho. Morador e responsável pela Associação Comunitária dos Moradores do Balsa, que demonstrou interesse e logo acolheu o evento. Conjuntamente a ele, decidimos o local de exibição (Praça José Luiz Rosso) e as medidas de segurança a serem tomadas no dia do evento. Havíamos decidido que o cinema aconteceria no domingo dia treze de dezembro, porém com o decreto da Prefeitura de suspensão das atividades na cidade, o evento foi adiado pro dia vinte, na outra semana. Optamos por iniciar mais cedo e dessa vez a sessão ficou marcada para às dezenove horas. Chegamos uma hora antes na praça, alocamos a tela, isolamos o espaço onde ocorreria o evento, espalhamos cadeiras com o distanciamento devido. João Paulo conseguiu que um vizinho emprestasse a tomada para ligar os equipamentos, ele também nos forneceu a extensão e as cadeiras. Adaptamos a estrutura ao espaço e começamos a interagir com as crianças que circulavam por ali. O evento, assim como o anterior, não foi anunciado em nenhum tipo de mídia, visando diminuir o risco de aglomeração.

Durante a montagem dos equipamentos algumas crianças se aproximaram curiosas para saber o que aconteceria ali. Tudo pronto aguardamos alguns minutos além do combinado para iniciar a sessão. Compareceram no primeiro momento cerca de dez crianças, esse número variou com o tempo chegando até dezesseis. O fato de termos escolhido passar curtas mostrou-se adequado, pois facilitou a dinâmica de entrada

e saída das crianças, elas iam e vinham, saíam pra chamar amigas, para buscar máscara, algumas foram buscar casaco já que paradas sentiram frio. Alguns assistiram da bicicleta, outros de ponta cabeça no parque de diversões. Essa dinâmica ressaltou a familiaridade que as crianças dessa região têm com o espaço público, elas iam e vinham de casa, nos contaram sobre suas relações, das vivências ali.

A sessão ocorreu sem problemas, atraindo os olhos e a participação tanto das crianças, adolescentes e adultos que ali passaram (FIGURA 09). No meio da exibição, como em um intervalo, expliquei sobre o projeto e distribuímos os livretos. Ao contrário do que aconteceu no Maurício, que as crianças queriam até mais de um, essas se mostraram muito receosas com o presente, “mas é pra mim? eu posso levar embora? pode pegar mesmo? levar pra minha casa?”; um menino ao abrir o livro me falou “eu não posso participar não, porque eu não sei ler”, várias delas afirmaram também não saber, eu queria ter lido com eles, mas na hora isso não me ocorreu e respondi “tudo bem, ele é feito para colorir, vocês podem pintar”, “mas eu não tenho lápis”, “nem eu, nem eu”, pintar em casa, respondi “mas não tem lápis nem papel na minha casa” “nem na minha”. Fiquei surpresa, nenhuma daquelas crianças tinha o mínimo de material escolar em casa. Como tínhamos levado conosco a cesta de prêmios do sorteio e continha duas caixas de giz de cera, nós abrimos, higienizamos e distribuímos. Novamente de início as crianças ficaram com receio de aceitar. Essa diferença de comportamento foi surpreendente pra mim e desencadeou reflexões.

Finalizada a pausa, continuamos a exibição dos curtas. Encerradas as projeções, ressaltamos o pedido para que as crianças respondessem o questionamento do livro por whatsapp, agradecemos e nos despedimos. Desocupamos a praça, agradecemos ao João Paulo e a quem ainda se encontrava quando estávamos quase indo embora. Uma senhora veio correndo nos perguntar se iríamos distribuir cesta básica, porque ela estava precisando muito, mostramos a cesta e informamos que seria um brinde para as crianças. Nos dias que se sucederam, a participação das crianças e familiares no envio dos desejos para a cidade foi significativamente maior do que as do evento anterior, apesar do esforço do Maurício de lembrá-las diariamente, as crianças da Balsa se reuniram e mandavam três ou quatro mensagens do mesmo número de celular. Da balsa também recebi duas ligações perguntando sobre a possibilidade de doar cestas básicas.

A exibição no bar se deu em um ambiente adulto. A apreensão que eu estava antes, quando na ausência de movimentação achei que as crianças não viriam, pareceu ser do mesmo tamanho da que elas aguardavam atentas em suas casas o sinal do Maurício. Surgiram rápido e foram embora com a mesma rapidez assim que demos por encerrado. Já na praça da Balsa, as crianças chegaram curiosas no momento da montagem dos equipamentos, foram se aproximando, nos recebendo num local já apropriado por elas, espaço de vivência distante da família. Neste lugar houve mais trocas, mais empolgação, mais risada, mais vai e vem. No espaço aberto com presença de comércio, animais, plantas, parque, banco, brinquedos, talvez atrelado a pouca comodidade das casas super habitadas e com poucas telas que “só passa filme de terror”, encontramos crianças com uma experiência urbana mais rica, evidente nas relações que desenvolvem ali. Elas iam e vinham sem intermédios “nós já voltamos, vamos na casa dele buscar um casaco e chamar nossa prima”. Eram muitas, todas se conheciam e desenvolviam relações “aquele é o meu namorado, mas não fala, porque ele ainda não sabe” me confidenciou uma delas.

As duas exposições se deram no raio de pouco mais de 1 km de distância da Escola Rosa e do Colégio Laranja. As diferenças entre elas e o imaginário que eu havia criado sobre a vivência urbana infantil ressaltam que as crianças e suas experiências não podem ser analisadas em bloco. Um bairro na cidade pode ser classificado quanto a sua renda,



número de habitantes, escolarização, proximidade do centro e ficar escondido através de uma falsa familiaridade. O mapa nos familiariza com cenários e situações sociais do nosso cotidiano, aproxima e engloba, mas isso não significa que conhecemos essas realidades e seus diferentes atores, o olhar acrítico para o mapa carrega o perigo de uma falsa homogeneização. A escolha dos lugares para exibição do evento se deu por ocorrências num limite muito próximo ao entorno escolar estudado e eu não esperava diferenças marcantes como as que encontrei.

Pensar em movimento

O incômodo que motivou essa pesquisa advinha do fechamento físico das instituições escolares, da preocupação com a imagem pedagógica que os muros passam e do isolamento das crianças em relação ao exterior durante sua jornada escolar. Nos estudos bibliográficos encontrei a educadora Lea Tiriba que nos fala sobre o emparedamento das crianças em salas de aula e o prejuízo causado pela perda de experiências de contato com o ambiente aberto e com a natureza. Eu, enquanto pesquisadora interessada em dialogar com a escola, notei que minha aproximação aconteceu de forma diferente nas duas instituições devido às condições de fechamento de cada uma delas (figura 10). Beatriz Goulart em seu material produzido ao longo de 20 anos de trabalho com as concepções de cidades educadoras, aponta que há diferentes condições de estanqueidade das escolas. A escola Rosa, somada a seu caráter de instituição pública tem um amplo pátio separado da rua apenas por uma grade, nesse pátio acontecem aulas e as crianças brincam. Do lado de cá do muro, algumas vezes sentadas ou apoiadas na mureta, mães, irmãs, pais e avós esperam na calçada. O conjunto dessas características faz da escola mais permeável, tornando-se a primeira que me aproximei, permitiu que eu chegasse e me apresentasse, já no Colégio Laranja foi preciso que eu enviasse uma carta de apresentação através de uma conhecida mãe de aluno, que entregou a carta em uma reunião e então através do e-mail, consegui agendar uma visita na escola.

No decorrer da pesquisa me deparei com as fronteiras que, no outro sentido, separam a cidade de participar da escola. Nas primeiras investidas de contato com a Escola

Figura 10- Escolas Ilhas – Diferente condição de isolamento das instituições. Fonte: Autora, 2021.

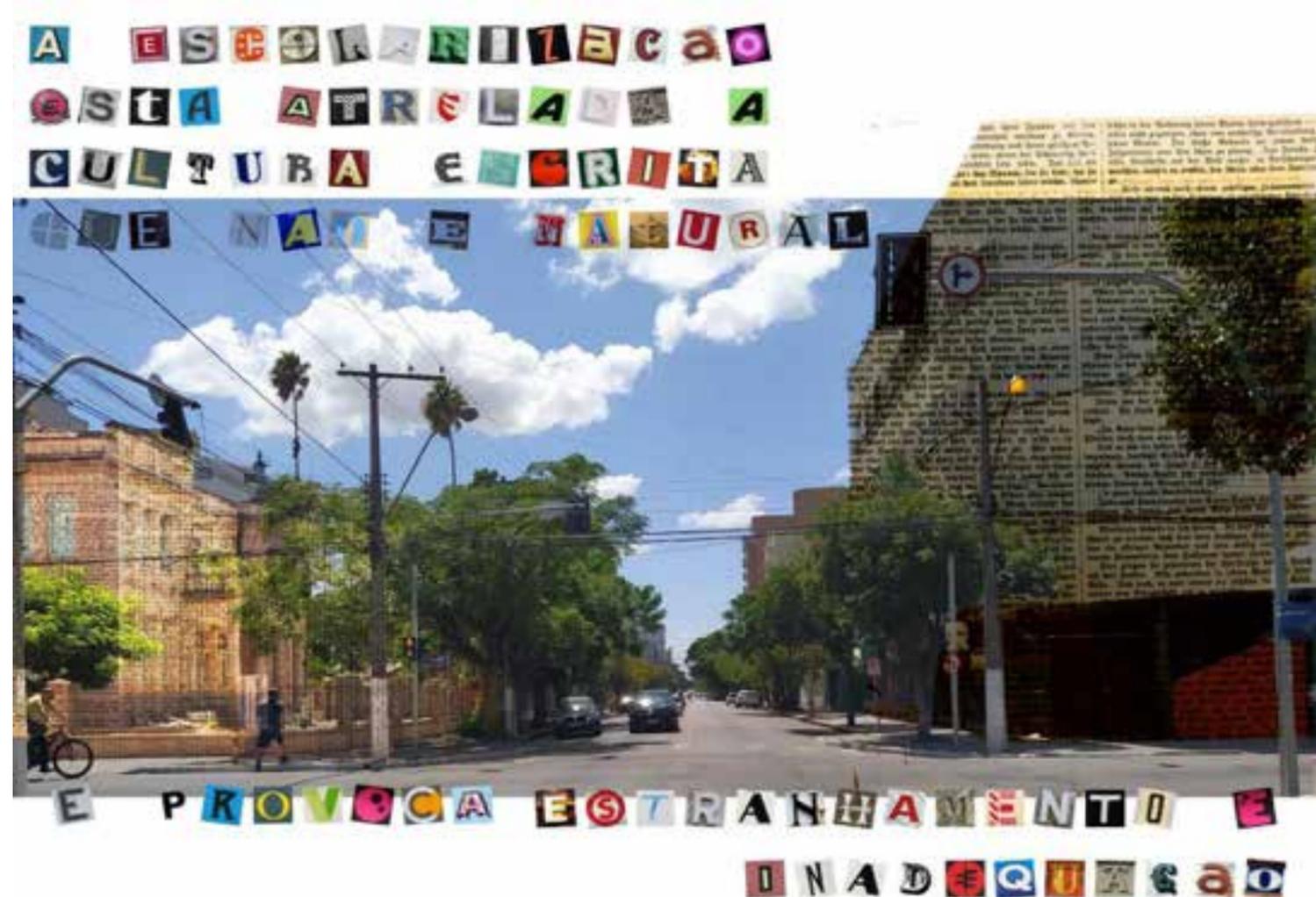
Rosa, conversei com alunas e mães que aguardavam na calçada do lado de fora, depois minha conversa foi com a zeladora que me conectou com a professora de artes. Em seguida fui alertada que esse não era o caminho certo a seguir, que pela **hierarquia da organização institucional** eu devia primeiro conversar com a coordenação. Quando na ocasião do evento, a direção da escola recomendou que eu procurasse primeiramente a Secretaria Municipal de Educação (SMED) com uma carta de apresentação “assinada e carimbada” pela Universidade e um Plano de Ação detalhado sobre a interação com a instituição. Esses percursos são legítimos uma vez que cada unidade escolar envolve vidas, famílias, orçamentos, grades curriculares, verbas, séries, horários, merendas, expectativas, obrigações, currículos, conselhos, prestações de contas..., mas **acabam por se tornar empecilhos para ação de agentes educacionais não escolares.**

Quando em novembro de 2020, já no período de pandemia e isolamento social, procurei a escola e a SMED (Secretaria Municipal de Educação e Desporto) para conversar sobre a possibilidade da promoção de um cinema ao ar livre no amplo pátio, seguindo todos os protocolos possíveis, tive o pedido negado sob a justificativa de que as escolas estavam enfrentando inúmeras dificuldades para prosseguir suas atividades. É característico da educação atrelada à escola a dificuldade para se adaptar às necessidades imediatas e enfrentar as dificuldades contemporâneas (ILLICH, 1970). Dessa forma a atividade de intervenção urbana realizada através do Cinema de Rua desenvolveu-se em ambientes - e através de agentes - não escolares. Meu pensamento também se deslocou para essas possibilidades e lembrei da máxima das cidades educadoras - A EDUCAÇÃO NÃO CABE NA ESCOLA.

Confundir educação com escola é como confundir religião com igreja e saúde com hospital (ILLICH, 1985). A confusa fusão entre essas necessidades e instituições é sintoma da ação de poderes e controles sobre a vida cotidiana. Durante a exibição do cinema na praça da Balsa, **a distância entre a escolarização real e a educação ideal ficaram evidentes.** Estávamos exibindo curta metragens, fizemos um intervalo onde eu conversei com as crianças e distribuí os livretos. As crianças que estavam participando tinham idades variadas e a maioria delas não sabia ler, quando entreguei o livro elas ficaram constrangidas: “**tia, mas eu não tenho estudo**”, me disse uma das meninas, como se se desculpasse. Respondi que tudo bem, que era um livro de colorir e elas me responderam que não tinham lápis em casa. Nenhuma das crianças tinha lápis, *doze crianças, nenhum lápis.*

As instituições educacionais ensinam que a aprendizagem é cumulativa e etiquetada, e assim se define o valor social de cada um (ILLICH, 1970). Illich expõe que a confiança no tratamento institucional da educação cria desconfiança a qualquer tipo de realização educacional diferente da escola, e que a instituição é insuficiente para superação da desvantagem educacional. Isso porque **a educação exigida pela vida ultrapassa as possibilidades escolares** e as crianças pobres têm poucas oportunidades extra escolares, comparativamente às que uma criança de classe média possui. Os mais pobres têm sua autoestima destruída através da submissão a crença que só há salvação pela escola (ILLICH, 1985). Diante da diferença há tão poucos metros das instituições estudadas, entendi e constatei que para propiciar educação para todos é necessário que ela seja feita também por todos (FERNANDES, 2020), **a responsabilidade pela educação precisa ser compartilhada.** Assim reforcei meu pensamento a fim de alternativas para uma **educação não escolar especializada.**

Eu sabia que a ação de intervenção traria novas compreensões, mas me surpreendi com o poder dela em aprofundar aquilo que eu imaginava já ter compreendido na teoria. Alguns achados da prática me trouxeram camadas de compreensão que quando escrevo voltam para uma superfície teórica. Um aprendizado difícil de trazer



para o papel. Aos meus vinte e sete anos, nessa etapa do mestrado, o meu filtro sobre o mundo é transpassado por vinte e cinco anos de escolarização. O texto escrito e seu universo parecem quase natureza para mim, mas nas minhas experiências de distribuição dos livretos compreendi com o corpo todo que esse é **apenas um dentre tantos universos** (Figura 11). A familiaridade com os objetos escolares não é natural (FREIRE, 1980). Os dois grupos que participaram da intervenção possuem diferentes graus de pertencimento com esses objetos. No primeiro grupo, do bar do Maurício, os livros foram percebidos como fonte de algum prazer possível para elas. Já na Balsa, às crianças tiveram resistência em pegá-los, ficaram incomodadas com o fato que os levariam para casa. Se desculparam por não saber ler, por não ter lápis para pintar.

Essas reflexões me levaram a concluir que explodir os muros e abrir a escola para o espaço urbano é correr o risco de esquadrihar o espaço (FOUCAULT, 1987), adicionar sobre ele ainda mais disciplina e ordem. A ação de ir a campo e agir longe das instituições me fez olhar para além das necessidades escolares que eu buscava, e **olhar para as necessidades educacionais.** Sabrina Fernandes nos explica a diferença entre promover a Igualdade de oportunidades e de tratar a desigualdade. A primeira trata de nivelar aspectos historicamente diferenciados entre duas pessoas que tiveram vivências diferentes, já a segunda significa trabalhar na estrutura para que a desigualdade não se crie (FERNANDES, 2020). Agir contra a imposição da desigualdade é opor-se a um sistema que a vê como benéfica pelo estímulo à concorrência. As cotas para adentrar em instituições estruturalmente excludentes agem na promoção de igualdade de oportunidades e para serem efetivas precisam de um aparato constante de apoio, já o fomento da educação não escolar, a potencialização de oportunidades e agentes educacionais alternativos pode trazer caminhos para ampliar os horizontes, as escolhas e os instrumentos, numa formação menos hierarquizada, possibilitando a mediação dessas desigualdades.

Figura 11 - Colagem sobre a cultura escolar como cultura letrada. Fonte: Autora, 2021.

Nesse novo momento de pensar a prática alcançada retomo o pensamento sobre a extensão universitária. Consta na constituição de 1988, mais precisamente no artigo 207, que as Universidades devem obedecer ao princípio **da indissociabilidade de seu tripé de base**: o ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX,2012). Talvez, o caminho para fortalecer a atuação da Universidade passe por reconhecer que ela cambaleia porque tem um dos pés mais curtos: a graduação prioriza o ensino, a pós-graduação foca na pesquisa. A extensão, definida como oxigenação necessária para atividade acadêmica (FORPROEX,2012), frente que deve permanecer atenta às práticas e anseios de seu contexto para articular ensino e pesquisa às necessidades sociais, é muitas vezes negligenciada. **A indissociabilidade deve ser orientadora por que é um princípio de qualidade da ação universitária autônoma, competente e ética** (FORPROEX,2012). Negligenciar a extensão é afastar-se da realidade vivida. Essa ação faz parte de uma injustiça cognitiva que privilegia o conhecimento científico ocidental aos conhecimentos localizados (MOITA;ANDRADE,2009). No contexto brasileiro, **tão permeado pelas referências europeias, a extensão mostra-se essencial para trilhar um caminho menos disciplinado**. Atentar-se para fortalecer a extensão universitária é um modo de trabalhar contra a colonialidade continuada, nos planos culturais e epistemológicos. **A extensão é um desafio, precisa de esforço e criatividade política**, mas é recompensadora, realmente promotora de oxigenação para a atividade acadêmica. Para que o ensino não seja alienado da realidade, a extensão e a pesquisa estão diretamente atreladas tornando esse fazer uma consequência da docência (MOITA;ANDRADE,2009). A extensão atrelada a pesquisa e ao ensino coloca o conhecimento universitário em movimento, provoca e é provocado pela realidade, criam-se novos caminhos para o pensamento para quem sabe então chegarmos em novos lugares, mais condizentes com a nossa realidade e mais emancipados.

Finalizar um ciclo para seguir movimentando

O processo para realizar ações práticas foi de muita ação e planejamento. A ação de ir a campo para conversar com diferentes interlocutoras, seja nas escolas, na Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, nos bairros e Associação de Moradores, foi sempre precedida e sucedida de reflexão. Pensava nas melhores estratégias para me fazer presente e aberta à construção coletiva, me preocupava em fazer aproximações convites, sem que o status conferido pela Universidade fosse dominante da ação, mesmo que ele estivesse irremediavelmente presente. Mesclar no processo de pesquisa a produção cultural possibilitou a expansão, ou extensão do pensamento. O processo ação (Figura 12), demandado pelo evento, intercalado com a necessidade de teorizar e narrar a experiência, demandado pela pesquisa, guiou o percurso até a formulação dos resultados. As trocas geradas pelo fazer em ação foram efetivas em balançar os rumos dessa investigação para além das que poderiam ser pensadas apenas na interação com os saberes escritos. Eu sabia que tinha uma visão romantizada da escola e por isso, para afinar o meu olhar, me dediquei na teoria e no trabalho produzido por educadoras que aprenderam e compartilharam conhecimentos do "chão da escola". Mesmo assim, a ida a campo, o estar na escola pública, na escola privada e na secretaria de educação, trouxeram outras compreensões. Eu reconhecia também que existem diferenças sociais nos bairros da cidade, inicialmente queria conversar com crianças de diversas regiões, depois acabei por me embrenhar em lugares não habituais para mim. Intervir na realidade, balançar a rotina, é uma aventura no desconhecido e eu fui ver para saber na prática.

Essa experiência não foi atrelada formalmente como prática extensionista da Universidade Federal de Pelotas, mas reafirmou para mim a necessidade das práticas acadêmicas conectadas e o necessário fortalecimento de seus caminhos dentro da instituição. O esforço para sair da Universidade e unir-se à cidade, trabalhar para



além dos muros e procurar conduzir o estudo olhando para possível aplicação prática, mostrou-se uma forma fecunda de conduzir essa dissertação de Mestrado. Relatar esses eventos me desperta muitos sentimentos. Agradeço. Evidência do quanto ele foi significativo, não apenas na minha dissertação, mas também para minha vida. Seguimos com o corpo no mundo, fazendo extensão de nós, do pensamento e do fazer agora em outros arredores.

Referências

- ANDRÉS, Roberto. O cortejo errante. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 07, página 78 - 85, 2015. Disponível em < <https://piseagrama.org/o-cortejo-errante/>> Acesso em: 12 de fevereiro,2019.
- ARELARO, Lisete. *Esperança e resistência em Paulo Freire. Boniteza - A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire*. Org – Ana Maria Araújo Freire. 1ª ed. Paz e Terra. São Paulo, 2021.
- BROWN, Brené. *Coragem de ser imperfeito*. Editora Sextante. 1 edição. Setembro,2016.
- BROWN, Rita Mac apud HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*, 2015
- DE FARIA, Ana Beatriz Goulart. Por outras referências no diálogo entre arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. *Em Aberto, Brasília*, v. 25, n. 88, p. 99-111, jul./dez. 2012
- DEBORD, Guy. Posições Situacionistas a respeito do trânsito, in *Apologia da Deriva*. Org Paola Berenstein Jacques. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2003. Disponível em <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/apologia-da-deriva.pdf> Acesso Dezembro,2019
- DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias

Urbanas. *Revista Brasileira de estudos urbanos regionais*. V17, N.3, p 118-133. Recife, 2015.

FERNANDES, Sabrina. *Se quiser mudar o mundo*. Editora Planeta, outubro 2020.

FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013

FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, maio de 2012

FREIRE, Paulo (org.). *Cuidado, escola!* Genebra, maio de 1980.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: uma teoria e prática da libertação - introdução ao Pensamento de Paulo Freire*, São Paulo, Centauro, 1980.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 1 ed. 1979. 44 ed. Editora Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Paz e Terra. São Paulo, 2011

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GUIZZO, Iazana. *Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo*. Belo Horizonte, Quintal Edições, 2019

IBÁÑES, Mario Rodriguez. *Ressignificando a cidade colonial extrativista. Descolonizar o imaginário*. Org Gerard Dilger; Miriam Lang; Jorge Pereira Filho. Editora Elefante, 2019.

ILLICH, Ivan. *Sociedades sem escolas*. 7. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora. Vozes, 1985. 127p

JACOBS, Janes. *Morte e vida nas grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

LEITÃO, Lúcia Leitão. *Quando o ambiente é hostil*. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, junho de 2005.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. *A cidade e a criança – Coleção cidade Aberta*. São Paulo: Nobel, 1989.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. *Plano Nacional de educação*. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-planonacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso: 13 de Março, 2019.

MOASSAB, Andrea. CAMPUS UNIVERSITÁRIO: uma reflexão para o século XXI a partir do estudo de caso da instalação da Universidade de Cabo Verde. *Revista Palíndromo, Universidade do Estado de Santa Catarina*. Centro de Artes. Mestrado em Artes Visuais. v.5., n. 5 (2011) - Florianópolis: UDESC, 2009. p195-223.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, César Bezzera. Ensino – pesquisa – extensão: um exercício de indissociabilidade na pós graduação. *Revista Brasileira de Educação*. V14 n.41, maio/agosto, 2009.

ONO, Rosaria; ORNSTEIN, Sheila Walbe; VILLA, Simone Barbosa; FRANÇA, Ana Judite G. Limongi. *Avaliação pós- ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática*. Oficina de Textos, São Paulo, 2018

OITICICA, Helio. *Eu em mitos vadios / Ivald Granato*, 24 out. 1978. <Disponível em: <http://legacy.icnetworks.org/extranet/enciclopedia/ho/index.cfm?fuseaction=documentos&cod=165&tipo=2>> Acesso em junho de 2022.

PERES, Otavio M.; ESSINGER, Cintia; GOULARTE, Daniela. UFPEL, Espaço Urbano e a Cidade de Pelotas. In: MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019. p. 61-68.

RETTO, Adalberto Jr; LOMBARDI, Ana Maria. *Reeducar a esperança. Aproximações entre o legado de Paulo Freire e o processo de construção da cidade*. *Arquitextos*. Vitruvius, 2020. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.236/7625>> Acesso: 13 de novembro, 2020.

ROLNIK, Raquel. *Condominialização total é proposta por Ministério da Economia*, 2020. Disponível em <<http://www.labcidade.fau.usp.br/a-cidade-e-nossacom-raquel-rolnik-3-condominializacao/>> Acesso: 13 de dezembro, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Record. 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Editora Boitempo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra. O corpo e cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis; 3 edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SINGER, Helena. *Experiências em Educação Integral inspiram um novo movimento na Educação Brasileira. Educação e Território*, 2017. Disponível em < <https://educacaoeterritorio.org.br/artigos/helena-singer-experiencias-em-educacao-integralinspiram-um-novo-movimento-na-educacao-brasileira/>> Acesso, 20 de Fevereiro, 2019

TIRIBA, Lea. *Educação Infantil como Direito e Alegria. Em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo, 2018.

VELLOSO, Rita. *Apropriação, ou o urbano – experiência*. *Arquitextos*, Vitruvius, ano 16, fev.2016. Disponível em Acesso: 13 de outubro, 2019.